



## **Educação do Campo e Núcleo de Estudos em Agroecologia: experiências em implantação no Instituto Federal Catarinense Campus Avançado de Abelardo Luz**

Rejane Escrivani Guedes<sup>1</sup>, Maicon Fontanive<sup>2</sup>, Amanda Queiroz de Carvalho<sup>3</sup>; Glaucia Bethânia Rocha Moreira<sup>4</sup>, Solange Ferreira Silveira da Silveira<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em Fitotecnia - Agroecologia, também pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: [rejane.guedes@ifc.edu.br](mailto:rejane.guedes@ifc.edu.br); <sup>2</sup> graduação em agronomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2001) e curso técnico profissionalizante em Técnico em Agropecuária pelo colégio Agrícola de Camboriú. Email: [maicon.fontanive@ifc.edu.br](mailto:maicon.fontanive@ifc.edu.br); <sup>3</sup> Graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual de Londrina (2008), e Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Email: [amanda.carvalho@ifc.edu.br](mailto:amanda.carvalho@ifc.edu.br); <sup>4</sup> Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, mestrado em Produção Vegetal pela Universidade Estadual de Montes Claros e doutorado em Genética e Melhoramento Vegetal pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Email: [glaucia.moreira@ifc.edu.br](mailto:glaucia.moreira@ifc.edu.br); <sup>5</sup> Graduação em Agronomia pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, mestrado e doutorado em Agronomia, área de concentração em Fitomelhoramento pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas. Email: [solange.silveira@ifc.edu.br](mailto:solange.silveira@ifc.edu.br).

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo apresentar experiências em implantação no Instituto Federal Catarinense Campus Avançado de Abelardo Luz. O Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso Técnico em Agropecuária e a implantação de um Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica - NEA, a partir de projeto aprovado pelo CNPq. O PPC adota a pedagogia da alternância, com o Tempo Escola (TE), com aulas teóricas e práticas, e o Tempo Comunidade (TC), onde os educandos realizam atividades em suas comunidades, sejam elas acampamentos, assentamentos de reforma agrária ou propriedades. O Campus possui uma turma com 30 alunos, todas as atividades do TC são orientadas pelos professores e são feitos registros por meio de portfólio e visitas nas unidades de vida e de produção dos educandos. A implantação do NEA procura ensinar e praticar tecnologias adequadas à realidade dos agricultores familiares, de para incentivar a produção de base agroecológica, e o resgate de sementes crioulas.

**Palavras-chaves:** pedagogia da alternância; auto-organização; sementes crioulas; agricultura familiar.



## 1. Introdução

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder, de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Presentes em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecem formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IF Catarinense) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio junto aos Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina, e visa oferecer cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

O Campus Avançado de Abelardo Luz vem buscando uma intervenção articulada com os movimentos sociais do campo, para desenvolver a sua característica de vínculo também com esse espaço. Nesse sentido, busca-se, através da realização de convênios com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tais como com a escola 25 de Maio em Friburgo, por meio da oferta do curso de Técnico em Agroecologia nos anos de 2008, 2009 e 2010; com o oferecimento do curso de pós-graduação em nível de especialização em Educação do Campo, no Município de Abelardo Luz, e com o curso Técnico em Agropecuária, uma aproximação política e educacional. Vale considerar que em Santa Catarina a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra iniciou com a primeira ocupação de terras em 25 de maio de 1985, no Município de Abelardo Luz, que traz em sua história as marcas de muitas lutas e conquistas. Hoje são 22 assentamentos, com aproximadamente 1500 famílias assentadas neste Município. Considerando os municípios vizinhos, num raio de 100 km, somam-se 2400 famílias assentadas na região. A região conta ainda com assentamentos em outros municípios



próximos como Passos Maia, Catanduvas, Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste, que totalizam em torno de 3,5 mil famílias assentadas.

O modelo de escola ainda vigente é essencialmente elitista e com relação ao mundo rural, isto se acentua, seja quanto a exclusão social, como ao modelo tecnológico, se caracterizando como uma ponte para a saída definitiva dos filhos de agricultores de suas unidades de produção e de suas comunidades. A escola não tem sido capaz de dialogar com os agricultores e nem de valorizar suas práticas, o que tem tido como efeito a saída definitiva da agricultura por parte da maioria dos jovens ao concluírem seus estudos no ensino técnico.

A revisão e reversão desta realidade é uma necessidade inadiável. A escola e seus profissionais precisam assumir seu compromisso social, sobretudo para com a população que vive e atua no campo. Propor um ensino que tenha em vista a transformação desta realidade, da qual devem ser protagonistas os atores que nela vivem, exige uma nova postura epistemológica e um compromisso político por parte da instituição. Ou seja, é preciso que as diretrizes para o ensino profissional técnico sejam cumpridas e assim a população estudantil atendida em suas necessidades intelectuais e culturais e, com ela, a realidade sócio-política transformada. Dessa maneira, significa construir uma realidade política e social organizada, democrática, transparente, solidária e sustentável do ponto de vista social, ambiental e econômico, porque alicerçada na participação democrática. Este é um exercício de responsabilidade da escola, materializado pelo curso através de um processo pedagógico interdisciplinar, que articula a realidade e a experiência de vida dos estudantes com o legado de conhecimentos historicamente situados, com a ciência e a tecnologia (PPC, IFC Abelardo Luz, 2016).

Tendo em vista que o processo educativo funda-se sobre três pilares, ensino, pesquisa e extensão, indissociáveis como dimensões formativas, libertadoras e sem hierarquização, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora. A extensão intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, em que educadores e educandos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e à aplicação do saber acadêmico. Em outros momentos, a extensão intensifica sua relação com a pesquisa através da utilização de metodologias específicas, do compartilhamento de



conhecimentos produzidos pela instituição e da contribuição para a melhoria das condições de vida da sociedade.

A atividade de pesquisa, entendida como indissociável do ensino e da extensão, para a geração e a ampliação do conhecimento, também será desenvolvida no Campus, visto que acaba de ser aprovado um projeto junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Esse projeto tem como objetivo central a implantação de um Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica – NEA, como um centro de referência para a construção e socialização de conhecimentos relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, integrando atividades de extensão tecnológica, educação profissional e pesquisa científica, tendo como foco o resgate de variedades crioulas, buscando a conservação da biodiversidade genética, a produção de alimentos saudáveis, assim como desenvolvimento e aplicação de tecnologias sustentáveis e a melhoria da qualidade de vida do público envolvido. Com a criação do NEA, pretende-se implementar conceitos da agroecologia, com valores fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, como a conscientização de educadores e, conseqüentemente para seus educandos, sobre a produção e o consumo responsável e sustentável, a valorização da biodiversidade e o respeito às questões de gênero. O projeto tem como público-alvo agricultores familiares, mulheres do campo e a juventude rural, estudantes de cursos de nível médio e tecnológico, professores, pesquisadores e agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER), que estejam ou não envolvidos com a produção orgânica ou de base agroecológica; e que busquem adotar princípios e conceitos da agroecologia e as tecnologias e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção.

Diante do exposto, o curso técnico em Agropecuária torna-se fundamental para atendimento da demanda regional posta. Com o objetivo de formar não somente estudantes, mas o desenvolvimento das unidades familiares de vida e produção.

## **2. Descrição e reflexões sobre a experiência**



A educação compreende diversas dimensões, que incluem a pedagógica, a sociocultural e a política. A educação pensada em uma perspectiva emancipatória não se instaura de forma simples e também não é baseada no improviso. Ela requer o comprometimento das entidades públicas, visando construir os meios para que as identidades sejam reconhecidas e preservadas. No entanto, em geral, as identidades dos povos, das culturas, dos diferentes modos de ser e de viver ainda são ofuscadas pela cultura dominante. O reconhecer-se é o primeiro passo para a transformação social, assim, as bandeiras levantadas por um povo ou por uma comunidade não se constituem em meras representatividades, elas refletem os resultados de suas lutas e conquistas. A Educação do Campo se insere nesse contexto das políticas afirmativas voltadas para os povos do campo que lutam pelo reconhecimento dos seus saberes, culturas, modos de vida e pelo direito à educação de qualidade socialmente referenciada, que historicamente lhes foi negado.

Neste contexto, os educadores do IFC Campus Avançado de Abelardo Luz exercem um papel primordial no processo de emancipação dos agricultores familiares assentados/acampados. Para tanto, além do domínio dos conhecimentos intrínsecos a cada área, é imperativo que o educador conheça as características do campesinato expressas pelas atividades produtivas, pela cultura e pelo espaço em que o IFC Campus Abelardo Luz está inserido. Nesse sentido, foi criado o núcleo de educadores, que tem a finalidade de consolidar um espaço permanente de reflexão, debate e realização de pesquisa, extensão e formação continuada de educadores do campo entre as instituições de ensino que atuam diretamente nos assentamentos. A formação sobre a pedagogia da alternância também é tema central de discussões visando à completa integralidade e organicidade do currículo do curso de Técnico em Agropecuária concomitante do IFC Campus avançado de Abelardo Luz.

Segundo Eliezer Pacheco, em livro organizado em 2011, intitulado *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* é preciso pensar a educação profissional no Brasil levando em consideração o fato de que a educação se encontra, ainda, atingida pela crise e políticas neoliberais, que fez com que perdesse suas referências. Portanto, o governo atual se compromete a criar políticas sociais capazes de emancipar os trabalhadores e uma das ferramentas para desenvolvê-las são



os Institutos Federais, que possuem a tarefa não apenas com a educação técnica ou profissional, mas com o ensino e a pesquisa na graduação e pós-graduação.

A obra citada coloca o governo como um “agente político comprometido com um projeto democrático e popular” (Pacheco, 2011, p. 09). Nesse sentido, o autor aponta a necessidade de ampliar a abrangência das ações educativas. “A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social” (ibid, p.09).

Apesar de hoje o Brasil possuir políticas que garantam o acesso à educação do e no campo, os dados ainda revelam que é nesse lugar que se encontra ainda o maior número de analfabetos e há a necessidade de garantir o acesso à educação em diversos níveis. Assim, a escola poderá ser um espaço que garanta aos jovens e adultos do campo um processo de formação e aprendizagem que possibilite o desenvolvimento das capacidades de reflexão e intervenção no mundo, partindo do espaço camponês, buscando propostas concretas de melhoria da qualidade de vida do campo e da cidade.

### **3. Diálogo com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia.**

Uma preocupação fundamental consiste na formação de profissionais mediadores, capazes não apenas de resolver os problemas técnicos dos cultivos e/ou criações, mas também de conceber uma visão mais ampla da realidade, que lhes permita promover o desenvolvimento sustentável junto às comunidades de origem, contribuindo para a permanência dos sujeitos na terra de trabalho. A Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, traz um rol de orientações para serem assumidas pelos órgãos públicos, as universidades e pelas próprias escolas. Nestas, a identidade da escola deve ser definida a partir dos seus sujeitos e da realidade em que se insere. No artigo 2º, parágrafo único, das Diretrizes da Educação do Campo, afirma-se que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções



exigidas por essas questões à realidade social da vida coletiva no país. (Resolução CNE/CEB N°. 1/2002).

Para atender às demandas locais e regionais, o curso está sendo ofertado na modalidade de alternâncias, respeitando os tempos dos ambientes de vida e de produção dos educandos e com o intuito de promover a democratização do conhecimento nesta área, e mais do que isso, por entender-se que a Educação tem que ser no e do campo, ou seja, acontecer para atender quem vive deste meio e suas particularidades e acontecer neste meio. Tem como meta formar sujeitos capazes de agir de forma abrangente na resolução dos problemas enfrentados no cotidiano com relação à preservação e conservação de recursos naturais dentro dos princípios agroecológicos, contribuindo na melhoria da agricultura familiar e a sustentabilidade dos sistemas produtivos da pequena propriedade visando à formação de um indivíduo capaz de colaborar para a construção de uma sociedade justa e ética.

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária reflete o compromisso dos movimentos sociais, de servidores com formação em educação do campo de diversos Campi do IFC, de escolas do campo das comunidades de agricultores familiares assentados, apoiados institucionalmente pela concepção político pedagógica do IFC que tem a função de traçar horizontes e caminhos em permanente diálogo social, cultural, político, ambiental e econômico com a realidade local e regional que materialize este diálogo com relação ao Curso e a formação de profissionais engajados e cidadãos. Além de assegurar o respeito à pluralidade e suas manifestações no espaço escolar, o curso está articulado com a realidade social e política de forma a buscar atender às expectativas dos estudantes e de suas famílias. Na medida em que dialoga com estes atores sociais, ouve suas histórias e compreende suas vivências e experiências, lhes possibilita o protagonismo e ao mesmo tempo aperfeiçoa e amadurece o processo de ensino do curso, conferindo-lhe o caráter de práxis.

O projeto político pedagógico do Campus Avançado de Abelardo Luz adota a pedagogia da alternância, onde há o Tempo Escola (TE), realizado presencialmente no campus, que se configura como um momento no qual os educandos têm aulas teóricas e práticas com o grupo de docentes efetivos do curso e colaboradores, participam também de atividades culturais e exercitam a capacidade de auto-organização: momentos de organização do ambiente trabalho em grupo, resolução de



exercícios, leituras, ou seja, cada estudante, de acordo com as suas necessidades organiza o seu tempo individual de acordo com a avaliação das suas prioridades e de acordo com o seu planejamento individual e coletivo. No Tempo Comunidade (TC) os educandos realizam atividades em suas comunidades de origem, sejam elas escolas, acampamentos, assentamentos de reforma agrária ou propriedades rurais. Entre as atividades previstas para o TC vem ocorrendo a pesquisa sobre a realidade, registro destas experiências, implementação de ações pedagógicas, vivências que possibilitem a partilha de conhecimentos, desenvolvimento de projetos de aprendizagem. Todas as atividades são orientadas no TE pelos professores mediadores, as atividades do TC são acompanhadas e são feitos registros tanto por meio de portfólio, como também por visitas nas unidades de vida e de produção dos educandos.

O curso está sendo ministrado com carga horária total de 2100, em regime alternância, com duração de três anos. Deste total, 1320 horas se destinam ao tempo escola, 660 horas destinados ao tempo comunidade, com atividades de pesquisa participativa e de extensão nos ambientes de vida e produção já citados anteriormente. Acrescenta-se, ainda, 120 horas reservadas ao Projeto Profissional de Vida, como pode ser observado no desenho curricular do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio – IFC - Abelardo Luz/SC (Figura 1).

A participação, dessa maneira, não se restringe a canais de participação, mas é um processo de aprendizado político e pedagógico, que incide sobre uma cultura tradicionalmente contrária à constituição de sujeitos pessoais e sociais. É também uma necessidade de expressar, através da prática-reflexão-ação, a pluralidade da sociedade nos diferentes espaços de participação e de exercício da cidadania, na esfera pública de governo e da sociedade (GADOTTI, 1985).

No entanto, trata-se de um processo não isento de lutas e conflitos, uma vez que diz respeito a um campo em que está em disputa um determinado projeto societário, cujas concepções de mundo perpassam todos os setores, qual seja: o econômico (escala de produção, produtividade); o social (a quem beneficia), o ambiental e cultural (influencia modos de vida); o científico (orienta novas pesquisas) e político (define novas relações de poder e dependência).



A instituição escolar, inserida neste contexto, tem como compromisso social e ético-político, oportunizar o desenvolvimento do conhecimento técnico e científico aos que vivem em seu entorno, para que, ao intervirem na realidade, a transformem e se transformem com ela (FREIRE, 2002; 2005).

As múltiplas dimensões da realidade permitem discutir e inserir os educadores e educandos nos processos de construção de uma ética da vida, uma ética de valorização das relações homem-sociedade-natureza. Nestes processos, as discussões com relação ao desenvolvimento sustentável e novas relações produtivas na agricultura assumem um permanente destaque, principalmente com relação à agroecologia e à agricultura familiar.

A efetivação da participação, do exercício da cidadania e da democratização do poder, das relações, da comunicação, do conhecimento e do uso dos espaços, deve ser pensada como uma das formas de ver e planejar um desenvolvimento sustentável. Como forma de enfrentamento ao modelo concentrador e excludente. Neste sentido, desenvolvimento sustentável se constitui num estado permanente de busca do equilíbrio dos vários fatores que se articulam, através de um processo social, que seja integrador e que integre os indivíduos como sujeitos sociais desta construção social (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

#### **4. Considerações finais**

O Instituto Federal Catarinense Campus Avançado de Abelardo Luz possui hoje uma turma com 34 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária, na modalidade de concomitância externa. Essa turma já completou quatro alternâncias, em três tempos comunidade, que estão em processo de avaliação pelos professores, e já se prepara para a quinta alternância. O Curso Técnico em Agropecuária busca sempre estar em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. Assim, levando em conta sua missão e dentro das normativas legais, o Campus Avançado de Abelardo Luz vem buscando uma intervenção articulada



com os movimentos sociais do campo, para desenvolver a sua característica de vínculo também com esse espaço. Busca contemplar e integrar as competências gerais da área de Agropecuária com ênfase em Agroecologia, formação humana articulada com o mundo do trabalho, desenvolver ações integradas unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos, atuando na conservação do solo e da água. Assim, pretende formar sujeitos capazes de agir de forma abrangente na resolução dos problemas enfrentados no cotidiano com relação à preservação e conservação de recursos naturais dentro dos princípios agroecológicos, contribuindo na melhoria da agricultura familiar e a sustentabilidade dos sistemas produtivos da pequena propriedade visando à formação de um indivíduo capaz de colaborar para construção de uma sociedade justa e ética. Além do projeto pedagógico proposto, o Campus Avançado de Abelardo Luz busca também, com a criação do NEA, aumentar os níveis de autonomia, economia e autossustentabilidade das unidades dos agricultores familiares, pelo aproveitamento de talentos, saberes, recursos e oportunidade locais, integrando o etnoconhecimento e as ciências acadêmicas, otimizando os usos de energia, biomassa, informações, agrobiodiversidade, fertilizantes e demais fatores abundantes ou escassos dos agroecossistemas. As ações do projeto estão voltadas para a o ensino, pesquisa e extensão rural procurando ensinar e praticar tecnologias adequadas à realidade dos agricultores familiares do oeste Catarinense, de forma a incentivar a produção orgânica e iniciar a transição agroecológica em unidades de produção que serão alcançadas pelos cursos de formação inicial e continuada (cursos FIC), previstos na proposta, buscando uma formação em agricultura sustentável em bases agroecológicas.

## Referências

Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

FREIRE, Paulo. *Concientización: Teoría y práctica de una educación liberadora*. Búsqueda de Ayllu,



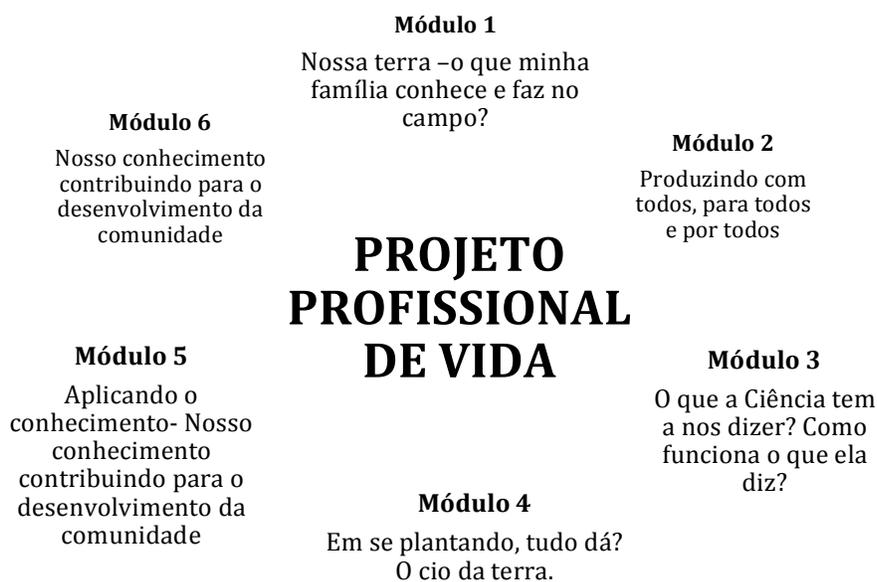
2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção leitura, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Educação e compromisso*. 1985.

PACHECO, Eliezer. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

## ANEXOS



**Figura 01** - Desenho curricular do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio – IFC – Abelardo Luz/SC. 2016.

**EM REGIME DE ALTERNÂNCIA – TEMPO ESCOLA (TE) E TEMPO COMUNIDADE (TC)**  
**Projeto Profissional de Vida – 120h**  
**CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: TE = 1320h; TC = 660h; PPV= 120**  
**CARGA HORÁRIA TOTAL: 2.100H**

